

799 Ref.

R A Z Õ E S DA PRESENÇA DE PORTUGAL NO ULTRAMAR

EXCERTOS DE DISCURSOS
PROFERIDOS PELO PRESIDENTE
DO CONSELHO DE MINISTROS
PROF. DOUTOR MARCELLO CAETANO

L I S B O A • 1 9 7 1

664

799Rp

799Rp

RAZÕES DA PRESENÇA
DE PORTUGAL NO ULTRAMAR

RAZÕES
DA PRESENÇA
DE PORTUGAL
NO ULTRAMAR

1971

MARCELLO CAETANO



RAZÕES DA PRESENÇA DE PORTUGAL NO ULTRAMAR

LISBOA • 1971



S.N.I.
664

INCORPORAÇÃO

325

MARTINHO GASTÃO

RAZÕES
DA PRESENÇA
DE PORTUGAL
NO ULTRAMAR

LISBOA - 1971

SÓ HÁ UMA RESPOSTA

A resposta portuguesa ao desafio da actual conjuntura internacional não pode, no que toca à África, deixar de consistir na reivindicação do direito a que continuem fazendo parte de Portugal as províncias ultramarinas, que desde há séculos nele estão integradas e onde vivem portugueses de várias cores, mas com uma só bandeira.

Não devemos, porém, iludir-nos acerca das dificuldades desta posição. Ela exige, a um tempo, firmeza nas linhas essenciais da política e agilidade nos campos económico e administrativo, não só para fazer reformas como para adoptar posições tácticas convenientes e oportunas. Mas a política que tem de ser firme não é apenas a ultramarina: é a metropolitana, também. As batalhas perdem-se, muitas vezes, mais por falta de coesão das retaguardas que por desfalecimento das frentes.

(Da conferência «A África e o futuro», proferida no dia 11 de Junho de 1960 no Instituto de Altos Estudos Militares)

Alguém teria de arcar com as dificuldades ...

Alguém teria de arcar com as dificuldades desta nova fase da vida constitucional. Desde que nas presentes circunstâncias quem de direito me chamou a assumir as duras responsabilidades do momento, entendi não poder fugir a elas.

Pensei no povo português que, bem o tem demonstrado pela sua exemplar conduta cívica nesta ocasião, anseia antes de tudo por que se mantenha a independência nacional, a integridade do território, a ordem que permita o trabalho e facilite a aceleração do progresso material e moral.

Pensei particularmente na necessidade de não descuidar um só momento a defesa das províncias ultramarinas às quais me ligam tantos e tão afectuosos laços e cujas populações tenho presentes no coração.

Pensei nas Forças Armadas que vigiam em todo o vasto território português e nalgumas partes dele se batem lutando contra um inimigo insidioso, em legítima defesa da vida, da segurança e do labor de quantos aí se acolhem à sombra da nossa bandeira.

Temos de fazer face a tarefas inadiáveis

Temos de fazer face a tarefas inadiáveis. Enquanto as Forças Armadas sustentam o combate na Guiné, em Angola e em Moçambique, e nas chancelarias e nas assembleias internacionais a diplomacia portuguesa faz frente a tantas incompreensões, não nos é lícito afrouxar a vigilância na retaguarda. Em tal situação de emergência há que continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente nalgumas liberdades que se desejaría ver restauradas.

(No Palácio de S. Bento em 27 de Setembro de 1968)

O Ocidente é um bloco

O Ocidente é um bloco. E em todas as ocasiões e em todos os lugares, seja qual for o ponto do Globo em que os seus valores ou os seus interesses vitais sejam ameaçados temos o dever de os defender. Se a Europa Ocidental deixar que os seus adversários apertem ao redor dela o cerco, será asfixiada sem remédio. Não poderiam então os nossos amigos de além-Atlântico gozar a segurança da sua liberdade. Por isso atrevo-me a dizer que nós, Portugueses, procurando tenazmente manter no âmbito do Ocidente algumas posições estratégicas e territoriais importantes, não obstante a incompreensão de alguns, temos prestado não pequeno serviço à causa comum — e, apesar de tudo, porque obedecemos a um imperativo da nossa consciência colectiva, havemos de continuar a prestá-lo.

(No banquete oferecido ao chanceler da República Federal da Alemanha em 24 de Outubro de 1968)

A importância fundamental do ultramar

Todos nós temos consciência da importância fundamental que o ultramar reveste hoje na vida pública portuguesa. A civilização dos povos e a valorização das terras das províncias ultramarinas foram progressivamente ocupando, até 1961, um lugar cada vez mais largo e destacado nas preocupações dos governantes. Nesse ano desencadeou-se no norte de Angola um surto violentíssimo de terrorismo de que resultou o morticínio de milhares de pessoas — às vezes com o sacrifício de famílias inteiras — e a devastação de extensas zonas onde foram espalhadas a desolação e a ruína.

A pronta e enérgica reacção da própria população de Angola coadjuvada pelas escassas forças militares e de polícia existentes então na província dominou os acontecimentos e teria debelado em curto prazo a insurreição se não fora o apoio material que os insurrectos recebiam de territórios vizinhos e o apoio moral — pelo menos — de outros países que julgavam poder lucrar com a destruição da autoridade portuguesa.

A posição de Portugal não podia ser outra

Apesar da tempestade desencadeada Portugal tem mantido serenamente a sua posição. E houve quem pensasse por esse mundo além que tal persistência resultava de mera teimosia pessoal do Doutor Salazar. A verdade, porém, é que a posição de Portugal não podia ser outra.

Em Angola e em Moçambique residem, labutam, seguem o seu destino centenas de milhares de brancos. Muitos deles nasceram lá, alguns mesmo na terceira, na quarta, até na quinta geração de famílias há muito radicadas nessas províncias. São africanos. E a par destes, há milhões de negros que durante séculos só conheceram a vida tribal com seus gregarismos e

suas rivalidades, e que no seio da Nação Portuguesa encontraram um lar comum, uma base de convívio social e as condições para, evolutivamente, irem adquirindo as possibilidades de enfrentar os problemas e de utilizar os recursos próprios dos tempos correntes.

Portugal é responsável pela segurança das populações e pela preservação de tudo o que elas criam e de que elas vivem.

Portugal não pode abandonar aos caprichos da violência, aos furores dos ressentimentos, aos ódios dos clãs ou aos jogos malabares da política internacional os seus filhos de todas as raças e de todas as cores que vivem nas províncias ultramarinas, nem lançar aos dados de uma sorte incertíssima os valores que à sombra da sua bandeira fizeram de terras bárbaras promissores territórios em vias de civilização.

Sociedades multirraciais

Poderiam os Portugueses assistir impassíveis à selvagem destruição da vida civilizada?

Poderiam os Portugueses deixar avolumar a hostilidade racial e cavar um abismo entre duas etnias cujo convívio e colaboração íntimos são indispensáveis ao progresso da África Austral?

Poderiam os Portugueses ver arruinar uma obra que, com todos os defeitos inerentes à humana natureza, traduz positivamente a criação de sociedades multirraciais queridas e aceites por negros e brancos num exemplo de entendimento e colaboração que infelizmente não tem muitos similares noutras regiões?

Não declarámos guerra a ninguém

Não declarámos guerra a ninguém. Não estamos em guerra com ninguém. A subversão não tem nome e os seus atentados

partem não se sabe de quem. Defendemo-nos. Defendemos vidas e haveres. Defendemos, não uma civilização, mas a própria civilização. Defendemos, contra os imprevistos trágicos que têm atrasado a marcha das populações africanas e comprometido a paz do mundo, a evolução firme e segura, mediante a qual os territórios vão amadurecendo para o pleno desenvolvimento económico e cultural de modo a permitir a participação progressiva dos nativos nas tarefas da administração e do governo.

Defendemos, afinal, os verdadeiros interesses dos povos integrados na Nação Portuguesa e que dentro dela podem, sem sobressaltos, prosseguir os seus destinos, contra desastrosas ficções encobridoras de formas irresponsáveis e detestáveis de neocolonialismo.

Haverá quem duvide?

Haverá quem duvide de que por detrás dos grupos que se apresentam como paladinos dos direitos das populações nativas se movem interesses imperialistas que se digladiam na disputa de supremacia mundial?

Temos desse facto provas constantes. Mas em nenhuma região são tão flagrantes como na Guiné.

A importância estratégica de Cabo Verde

A grande maioria da população da Guiné luta contra o terrorismo ao lado das forças regulares. Mas o terrorismo aparece nesse território muito mais larga e eficazmente apoiado pelas potências socialistas, sobretudo a União Soviética, do que noutras províncias. Dir-se-ia que se está aí a fazer um esforço insistente e apressado para o qual se não regateiam armas e outros auxílios. E a razão desse interesse especial não é

secreta: os responsáveis não escondem que a Guiné constitui a base necessária para o assalto a Cabo Verde — ao arquipélago que constitui uma posição-chave nas comunicações entre o norte e o sul do Oceano Atlântico e até entre as duas margens deste.

Numa altura em que a esquadra soviética cresce de dia para dia no mar Mediterrâneo e em que a Rússia procura instalar bases militares e consolidar alianças no Médio Oriente e no Norte de África, não pode escapar à atenção de qualquer pessoa a importância que representaria para ela a posse do arquipélago de Cabo Verde em mãos amigas. A Europa está a ser cercada.

A segurança dos países não pode hoje em dia ser defendida nas suas fronteiras. As nações estão integradas em grandes espaços de cuja sorte partilham. A liberdade e a independência dos países da Europa Ocidental jogam-se, não só na própria Europa, como na África. Eis a razão pela qual temos de defender a Guiné. No nosso próprio interesse, é certo, mas também no interesse do Ocidente europeu e das próprias Américas.

Somos sinceramente amantes da paz

Somos, os Portugueses, sinceramente amantes da paz. Sou-o, pessoalmente — nem compreendo que homem bem formado possa desejar, aplaudir, provocar, a solução de diferendos desencadeando com efeitos de extensão e intensidade imprevisíveis hecatombes de vidas e aniquilamento de valores. Mas, por isso mesmo, o dever daqueles que desejam manter a paz é desencorajar os agressores. Como é seu dever reprimir e castigar os que a perturbarem.

Em África defendemos a paz. E bem desejaríamos que cessassem os combates — que deixassem os terroristas de encontrar o apoio graças ao qual penetram nos nossos territórios e aí inquietam e afligem as populações. Enquanto tal não sucede

a acção das autoridades e das tropas é conduzida cada vez mais no sentido de conquistar almas em lugar de ceifar vidas. De fazer frutificar culturas e não de desolar o chão. Mas não podemos afrouxar perante um adversário que se mostraria, à maneira tradicional africana, intolerante e implacável, que ressuscitaria todos os ódios racionais, sacrificaria vidas e bens sem hesitar e implantaria em pontos vitais para o futuro da África Austral posições inimigas de Portugal e do Ocidente.

A Rodésia e a Grã-Bretanha

É corrente na Assembleia Geral das Nações Unidas falar-se em aliança secreta de Portugal com a União Sul-Africana e com a Rodésia. Escuso de dizer que não existe, a ligar os três países, qualquer aliança, secreta ou ostensiva. Praticamos, aliás, políticas raciais distintas e sabe-se quanto estamos empenhados em prosseguir e aperfeiçoar a nossa política de não discriminação e de franca convivência. Em muitos pontos, porém, coincidem os nossos interesses na África Austral, a partir da convicção de que o progresso dessa zona do continente carece da presença estável do homem branco, que se radique, ambiente e afeiçoe à terra africana e nela se associe ao nativo. Daí que, por exemplo, não possamos ser indiferentes à sorte da Rodésia, cuja principal saída para o mar está no nosso porto da Beira. No nosso interesse, no interesse da África Meridional, no interesse da paz do Mundo, desejaríamos vivamente que a Rodésia e a Grã-Bretanha encontrassem uma fórmula de honroso acordo a fim de pôr termo à grave situação existente.

Um clima de liberdade exige responsabilidade

Continuam a agitar-se grupos que não desistem da acção subversiva, quer preparando golpes de força quer desenvolvendo



intensa propaganda, sobretudo entre a juventude, contra a Pátria, contra as Forças Armadas, contra a defesa do ultramar, contra a autoridade.

Nas emissões quotidianamente dirigidas para Portugal a partir dos quartéis-generais da subversão internacional define-se o programa a seguir: partir das reivindicações mais simples e aproveitar todos os ensejos de liberdade para fazer progredir o movimento destinado a implantar o socialismo totalitário.

É indispensável que nos acautelemos desta manobra, todos os que não queremos ver Portugal presa do comunismo. Ela reveste-se muitas vezes de aspectos insidiosos que iludem a boa fé ou favorecem o comodismo dos chefes das famílias ou das empresas, dos dirigentes das associações ou dos órgãos da opinião ... Um clima de liberdade exige responsabilidade. Cessou o tempo em que os dirigentes podiam endossar ao Governo e aos órgãos de segurança os cuidados de definição dos princípios e da defesa das posições. O Governo e os órgãos de segurança continuam vigilantes, mas não podem, nem devem, suprir a autodefesa, dispensar os cidadãos de cumprir os seus deveres.

É preciso que os indivíduos que não querem ver o seu país comunizado definam as suas atitudes e se disponham a lutar por elas corajosamente, em todos os campos onde a vida social decorre. As liberdades não podem ser via do aniquilamento da liberdade. De contrário ficaríamos sujeitos à ousadia de uma minoria activista que domine a maioria inerte — e a História recente aí está a mostrar-nos os exemplos trágicos dos Kerenskis ou dos Mazariks.

(Na Assembleia Nacional em 27 de Novembro de 1968)

Em África limitamo-nos a defender a vida dos Portugueses

Já noutra ocasião observei que, em África, não declarámos guerra a ninguém, não tomámos a ofensiva contra ninguém. Limitamo-nos a defender a vida dos Portugueses, pretos e brancos, ameaçada por uns tantos grupos armados e treinados no exterior e que, deixados à solta, semeariam o luto e a desolação em terras onde construímos pacíficas comunidades progressivas que trouxeram paragens selváticas à civilização.

Que em África morram e sofram em combate portugueses, pretos e brancos, irmanados na mesma causa — que em muitos lugares a vida decorra insegura para homens, mulheres e crianças nos seus lares de Angola, de Moçambique ou da Guiné — eis um motivo permanente de preocupação e de cuidado para os governantes, a quem nada seria mais grato do que reconquistar a paz para todos quantos se abrigam à sombra da bandeira de Portugal.

(Na Rádio e na Televisão em 10 de Fevereiro de 1969)

Somos um só povo, formando uma só Nação, com um Governo único

Todos os Portugueses estão unidos no mesmo espírito de solidariedade para sustentar e defender os interesses nacionais. Somos um só povo, formando uma só Nação, com um governo único. O Chefe do Governo tem de ter o seu pensamento constantemente consagrado aos problemas de além-mar.

Oferecemos a paz ...

Oferecemos a paz a todos quantos sinceramente renunciam à luta e queiram colaborar na grande, na atraente obra da construção da sociedade multirracial portuguesa.

Em África o que pretendemos é apenas valorizar a terra e dignificar a gente. Realizar esse objectivo, eis um ideal que vale a pena ser vivido e bem merece o sacrifício de quantos por ele lutam, sofrem e morrem.

(Na Rádio e na Televisão em 8 de Abril de 1969)

Temos de conquistar a paz

Combate ... Portugal tem tradições combativas na Guiné. Os governantes e as autoridades, na verdade, têm procurado incessantemente combater a doença, a miséria, a opressão, como neste momento lutam lado a lado com as populações nativas e as forças armadas contra os perturbadores da Paz.

A Paz é condição essencial do progresso do território. Temos de conquistar a Paz. É nela que residem as nossas esperanças para, de mãos dadas com a laboriosa população deste chão fecundo, podermos imprimir decisivo impulso à obra de valorização e engrandecimento da Guiné.

Portugal está aberto a todos os seus filhos

Sei — e acabo de ouvi-lo da boca do digno representante do Conselho Legislativo — que as ambições da população são estas mesmo. É preciso urgentemente satisfazê-las, e abençoado será o dia em que para fazer face às tarefas de fomento, às

campanhas sanitárias, aos empreendimentos educativos, possamos acrescentar às verbas que até agora lhes vamos consagrando com a largueza possível, o dinheiro que hoje se consome nas operações militares.

Portugal está aberto a todos os seus filhos. Mesmo àqueles que algum dia hajam hesitado no caminho e duvidado de que a bandeira verde-rubra fosse o estandarte da liberdade e do progresso, mesmo esses serão bem recebidos, se reconhecendo o seu erro, quiserem voltar ao seio da comunidade lusíada.

Fidelidade à Pátria comum

Rendamos a justa homenagem a quantos, no decorrer destes anos últimos, se mantiveram fiéis à Pátria comum. Honra aos povos da Guiné que sob tantas pressões e sujeitos a tantas tentações souberam resistir constantemente e afirmar, a todo o momento, o seu portuguesismo.

Foi para proteger a admirável fidelidade da gente da terra que da metrópole e de outras províncias alguns milhares de soldados dos exércitos de terra, do mar e do ar vieram reforçar as forças de segurança da Guiné. Unidos nas mesmas dificuldades, nos mesmos riscos e nos mesmos perigos, exercendo a mesma missão de vigilância, as forças locais e as que de fora têm sido destacadas criaram sólida camaradagem. E no decorrer das acções em que tiveram de enfrentar armas estrangeiras brandidas pelos agentes da subversão, caíram lado a lado soldados da Guiné e de outras terras portuguesas, misturando o seu sangue generoso na defesa da causa comum.

A terra há-de florescer

As penas, as privações, os sofrimentos, os ferimentos e as mortes dos soldados portugueses não podem ser em vão. A terra

adubada pelo sangue há-de florescer. Da nossa vontade, da vontade de nós todos. Portugueses de todas as etnias para quem a Guiné constitui parcela da Pátria, depende que o milagre se produza. O milagre de, onde outros quiseram semear luto e ruínas, fazermos irradiar a bondade, multiplicar a riqueza, difundir o bem-estar, na alegria do entendimento entre os homens à luz da justiça e segundo a lei de Deus.

(Em Bissau a 14 de Abril de 1969)

Pátria

... Pátria onde cabem todos quantos nasceram sob a sombra tutelar da mesma bandeira, sem que importem a cor da pele, ou os hábitos sociais, ou as crenças religiosas. Pátria que é cadinho onde todas as diferenças se fundem e as divergências se caldeiam. Pátria em cujo seio se desenvolve uma sociedade aberta, para convívio das raças e das classes, a caminho de uma real comunidade de vida e de cultura. Pátria amável, síntese de virtudes naturais de um povo trabalhador, afável, sofredor, capaz de todas as generosidades e pronto a todos os sacrifícios.

É desta Pátria de todos nós que faz parte Angola. A portentosa Angola onde em cinco séculos se enraizaram profundamente os caracteres da lusitanidade, e que, por sua vez, tamanha contribuição tem dado para as feições universais do mundo lusíada — na Europa, no Brasil ou nas províncias africanas.

Repugna-nos uma economia de exploração

Para dar a Angola, tão depressa quanto possível, o futuro que lhe pertence, todas as colaborações prestadas com lealdade são desejáveis. Estamos abertos à entrada de capitais, ao ensaio

de iniciativas, à aplicação das técnicas. Só desejamos que não se perca a preocupação de acima de tudo valorizar a gente de Angola e a terra de Angola. Repugna-nos uma economia de exploração.

A economia do nosso tempo tem de estar impregnada de profundo sentido humanista. Não nos interessa a riqueza senão enquanto sirva os homens. Criatura de Deus, onde cintila o fogo do espírito, o homem não pode ser apenas teòricamente o rei da Natureza: há que fazer participar em concreto todos os homens dos benefícios que o engenho humano consiga arrancar ao domínio do mundo circundante. Queremos uma Angola rica e próspera, mas queremos que os naturais de Angola não sejam estranhos à riqueza e à prosperidade da sua terra.

Encaremos varonilmente as dificuldades !

Encaremos varonilmente as dificuldades! Não nos deixemos afligir pelas tentações de desânimo, menos ainda envenenar pelas toxinas da descrença na virtude do próprio esforço! Angola tem dado ao Mundo admiráveis exemplos de constância, de firmeza, de energia, de obstinação e de vitória. Nos combates é o mais perseverante que vence. O segredo do triunfo está no vigor da vontade de vencer.

E Angola quer firmemente continuar a ser portuguesa!

Angola tem um futuro radioso na sua frente

Angola, a Angola portuguesa, o Portugal angolano tem um futuro radioso na sua frente; é um futuro que está à vista e que todos juntos, os Portugueses, havemos de conquistar para lição do Mundo, para bem da África, para glória e exaltação de Portugal!

(Em Luanda a 15 de Abril de 1969)

Uma integração bem entendida

A Constituição portuguesa garante às províncias ultramarinas a autonomia administrativa e financeira com a faculdade de legislar, através dos seus corpos representativos, acerca das matérias que exclusivamente lhes interessem. E os Conselhos Legislativos não ficam nada a dever, na sua composição como na competência, às assembleias dos Estados membros das mais evoluídas federações.

Acrescenta a Constituição que a autonomia das províncias será a compatível com «o seu estado de desenvolvimento e os recursos próprios» — o que implica a sua expansão segundo vá exigindo o crescimento económico e social dos territórios.

Há quem tema que a autonomia administrativa e financeira dos territórios ultramarinos prejudique, ou ofenda mesmo, o ideal da integração nacional.

Por mim sempre pensei que uma integração bem entendida de todas as parcelas no todo português exige que cada uma nele se insira de acordo com as suas próprias feições geográficas, económicas e sociais. Não seria sã uma unidade que fosse conseguida, não por acordo de vontades obtido na harmonia dos interesses, mas pelo espartilhamento forçado segundo figurinos abstractamente traçados. A unidade nacional não prescinde das variedades regionais.

Só a união faz a força

Se a participação dos povos no governo local é já, e deve ser cada vez mais, larga e importante, não pensemos porém que ela possa conduzir a uma autonomia desagregadora. No mundo de hoje, mais do que nunca, só a união faz a força. Os territórios em via de desenvolvimento carecem de apoios financeiros e técnicos prestados com espírito de colaboração fraterna

e não dispensados com intuitos calculistas ou com propósitos de mera exploração. A coesão das parcelas no todo português é o segredo de que dependerá o progresso equilibrado, em que não sejam preteridos os valores humanos pelas realizações materiais.

(Em Lourenço Marques a 18 de Abril de 1969)

Não vacilemos na decisão

Os portugueses de além-mar querem continuar a ser portugueses! E não vacilemos na decisão: **ADIANTE!** Sigamos intrèpidamente — para a frente!

(À chegada a Lisboa em 21 de Abril de 1969)

Não há lugar para guerras injustas

Às vezes pode discutir-se se as forças armadas das grandes potências servirão sempre a causa do Direito nos conflitos internacionais. No nosso país, onde constitucionalmente se condena há mais de meio século a guerra como forma de dirimir litígios entre Estados, não há lugar para guerras injustas. As Forças Armadas Portuguesas têm sido exclusivamente empenhadas na defesa dos direitos nacionais. Direitos que, por mais fundados que estejam em títulos jurídicos e na vontade do povo, foram nos últimos anos com frequência ameaçados e até mesmo ofendidos, obrigando-nos a constante vigilância e pronta reacção.

O País tem dado de boa mente a massa anónima dos soldados e marinheiros para as fileiras, esses bravos, animosos e generosos soldados e marinheiros que ainda agora encontrei na Guiné, em Angola e em Moçambique a bater-se galhardamente com o mais puro entusiasmo patriótico. Do País têm saído os milhares de graduados e oficiais milicianos que tão aprumadamente suprem, ao cumprir o serviço militar obrigatório, as deficiências dos quadros permanentes.

Não podemos hesitar contra o abandono e a traição

Não podemos hesitar na luta contra o abandono e a traição. Não podemos hesitar em combater propagandas derrotistas. Não podemos hesitar na vigorosa acção contra a má organização, os preconceitos, a negligência, a burocracia, que empatem o esforço da defesa, o dificultem ou o encareçam.

Cientes de que as guerras modernas deixaram de ser constituídas por combates frontais de grandes exércitos para se traduzirem em mil pequenos conflitos disseminados pelo mundo inteiro; sabedores de que os adversários da nossa causa pretendem vencer-nos minando ideològicamente as resistências morais, suscitando sob formas variadas a subversão no próprio coração do País, conquistando posições de domínio da informação e da propaganda — não podemos ser tão loucos que lhes demos liberdade à toa, desarmando o Estado em face do envenenamento da opinião e tornando-o impotente para prevenir e reprimir os atentados contra a segurança interna e exterior da Nação.

(No Quartel-General da 1.ª Região Militar em 21 de Maio de 1969)

Só existe subversão próximo das fronteiras

É curioso notar que só existe subversão, nos nossos territórios, próximo das fronteiras com países que a alimentam, tolerando, albergando e sustentando os terroristas. Se esses países cessassem de apoiar os nossos inimigos, que as potências comunistas instruem e armam, a subversão extinguir-se-ia. Assim somos forçados a enormes sacrifícios de homens e dinheiro para manter um policiamento militar que proteja vidas e bens. Não temos outro caminho. A evolução económica e social das províncias, o progresso das suas populações, a ampliação da sua autonomia, têm de seguir firmemente, mas em ambiente de segurança que só a presença das nossas tropas pode garantir.

Política que a Nação exige

Devo confessar que, ao assumir a chefia do Governo, procedi friamente ao exame do problema ultramarino, do princípio ao fim, para ver se haveria outras soluções a ensaiar, diferentes daquela que estava a ser seguida e melhores do que ela.

Fi-lo, porque um governante tem o dever de não se esquivar à consideração de todas as hipóteses antes de optar por aquela que considere preferível.

E quando, no discurso proferido em 27 de Novembro de 1968, afirmei que «a posição de Portugal não podia ser outra», enunciava a conclusão de uma séria, reflectida e imparcial revisão crítica da política ultramarina portuguesa.

Política que a Nação exige. Política que o povo compreende e aprova, como o demonstrou nas manifestações dispensadas na metrópole ao Chefe do Governo depois do seu regresso do ultramar.

Não se pode ceder

Todos os anos o Comité dos 24 das Nações Unidas aprova resoluções acerca da autodeterminação dos territórios portugueses e ainda agora vai votar mais uma. Nessas resoluções, sempre inspiradas por lastimável facciosismo incompatível com a objectividade que deveria reinar nas relações internacionais, Portugal é intimado a retirar imediatamente das suas províncias ultramarinas todas as forças militares «e outras» (portanto as próprias forças de polícia), a conceder uma amnistia política incondicional, de maneira a permitir que se instalassem e actuassem livremente os homens dos vários movimentos chamados de «libertação», e a transmitir depois todos os poderes a instituições representativas das populações indígenas (é assim que a resolução diz) livremente eleitas.

Faz-se ideia do que seria a liberdade do sufrágio das populações indígenas, depois de retiradas todas as forças que asseguram a ordem e de introduzidos, em lugar delas, os movimentos terroristas!

Eu pergunto se algum governante português consciente e responsável pode ceder a tal intimação.

Um programa

Em vez desse programa de desagregação dos territórios portugueses, anunciei nos discursos que fiz em África os pontos fundamentais da nossa política: consolidação das sociedades multirraciais que cultivamos e das quais está ausente toda e qualquer discriminação de cor, raça ou religião; autonomia progressiva do governo das províncias, de acordo, segundo a Constituição, com o respectivo estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios; participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas; fomento dos

territórios com ampla abertura à iniciativa, à técnica, ao capital de todos os países sob a única condição de se proporem valorizar a terra e a gente, e não explorá-las.

Todos podem comparar

Todos podem comparar os dois programas — o das Nações Unidas e o do Governo português — e ver qual é o mais humano. Qual é o que, à luz das lições colhidas nas prematuras independências africanas, dá mais garantia às populações nativas e à paz do mundo.

Infelizmente temos de reconhecer que a maior parte dos países não se move por considerações racionais, mas por interesses e por paixões. E já mais de uma vez notei que para as potências comunistas a África Portuguesa é um alvo procurado para ferir e enfraquecer a Europa Ocidental. Por isso essas potências estão a redobrar de apoio e de auxílio aos movimentos terroristas.

(Na Rádio e na Televisão em 17 de Junho de 1969)

É preciso que fique bem claro

É preciso que, cá dentro e lá fora, fique bem claro se o povo português é pelo abandono do ultramar, ou se está com o Governo na sua política de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia das províncias ultramarinas.

É preciso que, cá dentro e lá fora, fique bem claro se o povo português prefere um clima de ordem pública e de paz social em que as reformas necessárias ao fomento do País,

à promoção social e ao bem-estar dos Portugueses vão sendo feitas com resolução e com firmeza, mas com segurança também, ou a turbulência revolucionária de que não se pode esperar mais do que violência, despotismo, confusão e, afinal, miséria e fome.

(Na Rádio e na Televisão em 11 de Setembro de 1969)

O Governo sabe que corresponde a um imperativo da Nação

Guardo inapagável recordação da visita a essas províncias, durante a qual pude tomar contacto com comandos e tropas, todos vivamente animados do desejo de cumprir o seu dever para com a Pátria.

O Governo sabe que ao defender o ultramar da subversão sustentada por potências estranhas corresponde a um imperativo da Nação. O que se defende é a integridade do território, mas também a segurança das vidas, a paz das populações, uma obra de séculos, a própria civilização. Que haja portugueses lá residentes, com mulheres, família, valores ... que pareça não o compreenderem, levantando uma oposição ao Governo capaz de enfraquecer a unidade nacional, eis um motivo de tristeza para nós — e de vergonha para eles. Mas isso não nos faz hesitar na resolução de combater o bom combate, e o bom combate, não o duvidemos, é o de poupar a nossa África às calamidades das independências factícias, proclamadas por meio de autodeterminações ilusórias que, em homenagem a mitos reinantes, sacrificam os verdadeiros interesses dos povos e comprometem a paz do Mundo.

(No Palácio de S. Bento em 27 de Setembro de 1969)

A defesa do ultramar não afrouxará

A defesa do ultramar português não afrouxará no plano diplomático, como não fraquejará no plano interno.

Compreendo que a internacional comunista ataque com veemência a defesa que fazemos das províncias africanas, apodando-a de «guerra colonial».

Compreendo que aos que põem acima do interesse dos portugueses o interesse do progresso do comunismo no Mundo convenha demolir por todas as formas o obstáculo que a presença portuguesa em África representa, capitulando-a de colonialista, de opressora, de nociva às classes trabalhadoras, de tudo o mais que possa denegri-la.

Compreendo que os países interessados na existência de débeis governos, incapazes e impotentes, nos territórios africanos, de cuja aparente independência pensam poder dispor à vontade, olhem com hostilidade as províncias portuguesas do ultramar onde existe uma autoridade que disciplina o contributo de todos quantos queiram participar no seu progresso, sem as deixar alienar a ninguém.

Mas que portugueses preconizem que se pactue com os chefes dos movimentos terroristas, negociando com eles a entrega dos territórios onde vivem e labutam milhões de compatriotas — brancos uns, pretos os outros mas todos confiados na protecção da Pátria comum —, que haja quem ingénua ou perversamente pense que tais negociações conduziriam a resultado diferente do aniquilamento e da expulsão dos bons portugueses, da crise de todas as actividades que fazem a riqueza da terra e são penhor do futuro das gentes, e do caos político, económico e social de regiões onde hoje reina a paz, a prosperidade e a harmonia, que haja entre nós quem assim pense, sinceramente custa-me a compreender!

Entrega a quem?

Entrega a quem? Se são vários e rivais os chefes e os movimentos, que só se distinguem pelos países estrangeiros que lhes fornecem armas e apoios financeiros e diplomáticos? Se esses movimentos e esses chefes, carecidos de autoridade própria, de raízes nos territórios, de legitimidade de qualquer espécie, só teriam nas negociações a voz e o voto que lhes fosse ditado pelas potências que os sustentam e movem? Se em última análise as negociações acabariam por ser feitas não com as populações ou seus representantes — mas com países que encobertamente as conduziriam para depois, encobertamente também, passarem a ser senhores e fruidores dos territórios?

Porque a verdade é que, ao contrário da falsa ideia espalhada por uma propaganda insidiosa, nenhum movimento, a partir do Congo em 1961, espontâneamente, surgiu, se desenvolveu e radicou em território português: todos foram fomentados, são apoiados e estão baseados em países estrangeiros.

Não. A entrega do ultramar aos movimentos subversivos não faria a felicidade dos africanos e não seria com certeza factor de prosperidade, nem título de nobreza, nem motivo de orgulho nacional para os Portugueses.

Portugal não pode ceder

Portugal não pode ceder, não pode transigir, não pode capitular na luta que se trava no ultramar. Devemos estar abertos a tudo quanto pacificamente possa ser feito no sentido da evolução natural das grandes províncias africanas. Mas temos de ser intransigentes quanto a uma retirada que comprometeria por muitos anos, tudo quanto fizemos e preparámos durante séculos, na Europa e no Mundo, à custa de esforço incontável, de muito sofrimento e de muito sangue vertido das nossas veias.

O Mundo há-de compreender que este é o caminho verdadeiramente conveniente ao progresso e à paz. Mas primeiro é preciso que o afirmem os Portugueses. E estou certo que não deixarão de o fazer com energia, com empenho e com fé.

(No Palácio das Necessidades em 6 de Outubro de 1969)

O País manifestou a sua vontade

A campanha das Nações Unidas, não tenhamos ilusões, vai intensificar-se contra nós. Querem que abandonemos Angola e Moçambique aos movimentos terroristas, apoiados na U. R. S. S. e na China. Querem que entreguemos os portugueses que lá vivem e muitos dos quais ali têm quanto possuem, querem que os entreguemos à discricção dos seus inimigos. Querem que desistamos da obra de fomento e de civilização presentemente em curso, traduzida por uma admirável pujança de trabalho e iniciativa que a segurança da soberania portuguesa desencadeou e mantém. Como se fosse possível!

E faz pena. Faz pena que havendo tantos problemas trágicos na vida do Mundo contemporâneo, as Nações Unidas se mostrem incapazes de os resolver, para concentrarem as suas energias, dignas de melhor sorte, numa questão que nós próprios, sem ingerência alheia, saberemos resolver a bem da África e com proveito para a Humanidade.

O País manifestou nas últimas eleições, muito claramente, a sua vontade a este respeito. Dessa vontade se tornou intérprete a Assembleia Nacional ao votar por unanimidade no dia 15 a moção em que «reafirma a política nacional de manutenção e defesa da unidade e integridade de todos os territórios portugueses, de protecção das respectivas populações e do seu desenvolvimento económico e social.

O Governo tem, pois, um mandato indeclinável a cumprir. É preciso, apenas, que o País lhe não recuse os meios necessários para o cumprir.

(Na Rádio e na Televisão em 17 de Dezembro de 1969)

Não estamos a sustentar uma «guerra colonial»

Não nos é lícito abandonar os nossos irmãos radicados em terras do ultramar, sejam nativos delas, sejam da metrópole naturais, nem o esforço imenso que para as valorizar e para a promoção social das suas gentes lá penosamente se desenvolve, com êxitos, aliás, que num mundo mais equilibrado seriam motivo de congratulação e louvor.

O abandono não seria só sinal de cobardia: corresponderia também a condenar territórios hoje florescentes e pacíficos à desolação e à turbulência. Não estamos a sustentar uma «guerra colonial» como a cada passo os inimigos de Portugal insinuam. Mas a defender a ordem, a harmonia social e o trabalho fecundo de territórios onde a grande massa da população mostra na vida quotidiana a sua determinação de permanecer portuguesa.

(No Palácio de S. Bento em 21 de Fevereiro de 1970)

Não estamos em guerra com ninguém

No nosso país somos forçados a combater no ultramar actividades terroristas que inquietam, afligem e sacrificam as populações locais. Nunca é de mais repetir que não estamos em

guerra com ninguém. Apenas políciamos o território, evitando que os guerrilheiros levem por diante a sua acção subversiva.

Esta acção de guerrilhas é muito difícil de dominar. Três mil guerrilheiros apenas, divididos em grupos de cinco, por exemplo, são seiscentos grupos que facilmente se dispersam pelo mato e atacam onde menos se espera. Os cabecilhas que andam a fazer propaganda nos países estrangeiros gabam-se de que dominam grandes parcelas das nossas províncias. Os do partido de Amílcar Cabral espalham que ocupam dois terços da Guiné portuguesa. Querem com isso dizer que nessa área aparecem — e desaparecem — os seus guerrilheiros. Mas com tão pouca eficácia que o Ministro do Ultramar percorreu a Guiné toda com a maior calma e segurança e no meio de calorosas manifestações da população.

Porque este ponto é muito importante. Quando certos políticos que andam por países estrangeiros a tentar desacreditar a sua pátria afirmam por lá que o Governo impõe ao povo português a defesa do ultramar, isso é redondamente falso.

É falso quanto ao povo da metrópole. A massa popular daqui tem bem viva no espírito a consciência do dever de proteger as vidas e os bens dos portugueses de África. Uma das infâmias postas a correr pelos adversários é a de que os nossos soldados vão defender os interesses das grandes companhias que possuem bens em Angola ou em Moçambique. Infâmia estúpida. As grandes empresas capitalistas que têm actividades no ultramar continuariam a existir e a prosperar se por infelicidade perdêssemos as províncias africanas. Mas quem nós teríamos de receber e de assistir, se tal desastre acontecesse, eram os humildes agricultores, os milhares de pequenos comerciantes, os donos de modestas indústrias, a legião de funcionários e empregados, expulsos ou fugidos à fúria antiportuguesa. E não só os brancos. Mas também os de outras etnias que pudessem escapar com vida ao castigo da sua fidelidade a Portugal. São essas centenas de milhares de colonos e esses

milhões de fiéis naturais que todos sentimos o dever de proteger e de defender, já que as experiências alheias não nos consentem ter ingénuas ilusões sobre o seu destino.

**O futuro tem de ser construído, de mãos dadas,
por pretos e brancos**

Já sabíamos que a Nação sentia e pensava assim. Mas por ocasião das últimas eleições para deputados entendeu-se ser conveniente que essa decisão ficasse claramente expressa. Fui muito censurado, em determinados sectores, por ter consentido na discussão do assunto durante a campanha eleitoral. Discutiu-se a defesa do ultramar, pois. E quando se chegou aos votos, o resultado foi bem nítido, foi bem claro. Viram-no todos os portugueses. Viram-no os estrangeiros que aqui vieram fazer reportagens e colher informações. As eleições decorreram em plena liberdade, com perfeita consciência do eleitorado sobre aquilo que ia decidir.

Mas se na metrópole o povo se manifestou assim, qual será a vontade das populações ultramarinas.

Aqui há tempos, falando com uma personalidade estrangeira que lastimava não ter sido em maior número o eleitorado inscrito nas províncias ultramarinas, observava-lhe eu que nas populações africanas que ainda não estejam inteiramente assimiladas aos costumes europeus, o voto, como nós o praticamos, não tem valor nem significação.

Mas, continuei, não quererá dizer muito sobre a plena integração dos povos na Nação portuguesa e como determinação de nela se manterem, o facto de estrangeiros e portugueses se deslocarem livre e pacificamente por todo o território, sem necessidade, na maior parte, de qualquer protecção especial?

Não quererá dizer imenso o facto de o Chefe do Estado, os membros do Governo, as autoridades locais serem por toda

a parte recebidos com demonstrações, não apenas de fidelidade, mas de verdadeiro e entusiástico carinho?

Demonstrações que não se montam por artifício, que não se encomendam, que não se inventam, e que hoje as câmaras fotográficas e de televisão registam sem possibilidade de engano?

O meu interlocutor ouviu atentamente e teve de concordar. A autodeterminação não se exprime por quadradinhos de papel postos nas mãos do gentio do sertão. Prova-se antes pelo convívio pacífico sob a bandeira portuguesa, numa aliança de esforços em que as raças colaboram e se fundem fraternalmente, a caminho de um mundo melhor.

O atear de cobiças e de ódios por parte das Nações Unidas e de outras entidades só prejudica essa marcha para o futuro. Cria e alimenta desconfianças onde só desejávamos que existisse amizade leal. Transforma em traidores homens que, sem esse incentivo estrangeiro, seriam honestos construtores das sociedades novas. Faz gastar na luta energias e recursos que, de outro modo, seriam empregues em benefício dos povos.

No Sul da África o futuro tem de ser construído, de mãos dadas, por pretos e brancos. Dividi-los, inimizá-los, lançá-los uns contra os outros, é, creiam-me bem, um verdadeiro crime contra a Humanidade.

(Na Rádio e na Televisão em 8 de Abril de 1970)

Cabora Bassa

Nunca se estendeu para nós mão que recusássemos, desde que nesse gesto se exprimisse o propósito de firmar a paz, de contribuir para o progresso dos territórios e, acima de tudo, de visar a promoção social e o bem-estar das populações.

Exemplo desse espírito de colaboração é o acordo existente para a venda da energia de Cabora Bassa.

É extraordinário como a realização dessa obra gigantesca destinada a valorizar tão profundamente a África meridional tem sido objecto de tamanha campanha de ódio e de falsidade!

O aproveitamento de Cabora Bassa permitirá a transformação das condições de vida em larga parcela do vale do Zambeze, tendo em primordial atenção os interesses da população nativa que, não só não serão sacrificados como, pelo contrário, serão espantosamente beneficiados.

(No jantar oferecido ao Primeiro-Ministro da República da África do Sul em 5 de Junho de 1970)

O Governo ganhou as eleições, e ganhou-as bem

O Governo ganhou as eleições, e ganhou-as bem. Delas resultou, em primeiro lugar, a ratificação da política de reforma e o repúdio da via revolucionária, segundo a fórmula que desde início propus ao País: renovação na continuidade. Em segundo lugar, a ratificação da política de defesa do ultramar contra a subversão e contra as manobras tendentes a entregá-lo, com os milhões de portugueses, pretos e brancos, que nele vivem, aos aventureiros que certas potências estrangeiras manobram apresentando-os como libertadores.

Mandato indeclinável

Das eleições recebeu o Governo o que chamei um mandato indeclinável.

Nesse mandato avulta o imperativo da defesa do ultramar. O País tem, segundo por muitas maneiras pude verificar, per-

feita hoção da gravidade do desafio que nos foi lançado. E tem mostrado decidida resolução na resposta a dar-lhe.

Quando aos estrangeiros que nos falam em «colónias» respondemos com o repúdio, mais da ideia que a palavra hoje exprime, do que da própria palavra, eles olham-nos com um sorriso significativo da argúcia e complacência, julgando que estamos a procurar iludir realidades com um inocente jogo verbal.

Não usurpámos as terras a ninguém

Ainda muitas das actuais nações civilizadas da Europa não se tinham definido e já em África, na Ásia e na Oceânia as nossas províncias ultramarinas de hoje eram portuguesas. Os seus habitantes nunca tiveram outra nacionalidade nem conheceram outra soberania. Acima da condição tribal que os dispersava em mil pequenos grupos rivais ou mesmo inimigos, os escassos povoadores nativos das costas e dos sertões de Angola e de Moçambique não conheceram, de memória de homem, outro poder político senão o de Portugal. Isto para não falar das ilhas desertas de Cabo Verde, de São Tomé e do Príncipe, que foram povoadas, como a Madeira e os Açores, pela acção colonizadora dos Portugueses.

Não usurpámos, pois, as terras portuguesas do ultramar a ninguém. Não tirámos a ninguém a autoridade que nelas exercemos depois de as povoar ou de a nós termos chamado as populações que assentiram na integração. Por isso não se vê que direitos ou que justiça possam reivindicar os pretensos «libertadores» de hoje.

É Portugal quem tem razão

Bem claramente manifestam as Nações Unidas a sua doutrina: o que importa não é que os territórios africanos sejam

independentes e sim que essa independência signifique o predomínio dos pretos sobre os brancos. A África ao sul do Equador está povoada de importantes núcleos de habitantes, não autóctones mas lá arraigados há muito, com a mentalidade, os costumes e as técnicas indispensáveis à economia e ao governo no mundo contemporâneo. O facto de não serem autóctones pouco significa — sabendo-se, como se sabe, que na maior parte das regiões do Globo (e na própria África Meridional isso sucede em relação aos povos negros que a habitam) houve através da História migrações que não permitem garantir em parte nenhuma serem da raça dos primeiros ocupantes os que a habitam hoje.

Será do interesse e da conveniência da Humanidade expulsar do Sul da África esses elementos válidos só porque não têm a cor da pele dos primitivos africanos?

Ou é Portugal que está na razão quando procura, com a ajuda do tempo, apertar os laços sociais e até de sangue entre quantos habitam as suas províncias, para nestas criar sociedades abertas onde todos tenham lugar e todos possam participar nas tarefas dirigentes dos destinos comuns?

A Nação continua firme e permanece fiel

O eleitorado português, em Outubro de 1969, afirmou que a Nação continua firme no propósito de manter no seu seio aqueles que através dos séculos ganharam o direito a viver em Portugal. A Nação permanece fiel ao propósito de servir a causa da Humanidade valorizando todos os seus filhos e a todos encaminhando amoravelmente para os destinos comuns. O eleitorado português não quis a guerra; mas, proclamando a sua fidelidade a uma tarefa de gerações, afirmou a sua vontade de defender a Paz contra os que a quebram e a perturbam.

Aí está um dos mais graves aspectos do mandato indeclinável que o Governo recebeu.

Qual a linha de avaliação dos territórios ultramarinos portugueses, qual o lugar que lhes cabe ou virá a caber dentro da Comunidade Portuguesa, são outros problemas. Em política só cabem as visões históricas e essas são incompatíveis com as juras para a eternidade: não se pode dizer que tudo se há-de passar desta ou daquela maneira até à consumação dos séculos. Ainda aqui o que importa é preparar o futuro: prepará-lo para que seja um futuro português, construído por nossas mãos para preservar a nossa alma. Construção melindrosa, cujos materiais têm de ser as melhores qualidades, as mais límpidas virtudes do nosso povo. Serão os dirigentes — aqueles que em todos os escalões e lugares constituem o escol da Nação — capazes de conduzir essa obra gigantesca? Eu, da massa popular não duvido. Ela só precisa de quem a enquadre, a esclareça, a guie: porque nela continuam vivos e generosos os sentimentos de patriotismo e o fundo de cristandade que são a sua força e o segredo do seu êxito; que têm sido sempre afinal, o segredo da força e do êxito de Portugal na História do Mundo.

(Do prefácio ao livro «Mandato Indeclinável»)

A defesa do ultramar dura há dez anos

A defesa do ultramar contra as actividades terroristas dura há dez anos — implicando o dispêndio de somas muito importantes e a mobilização de muitos milhares de homens. Bastantes famílias têm posto luto pela perda de entes queridos. Mas, à parte isso, a vida tem decorrido normalmente, aqui na me-

trópole como nas províncias de além-mar. Não houve restrições de monta, não se impuseram sacrifícios drásticos. Nem sequer a carga fiscal é igual ou superior à de muitos países europeus onde não existem tão graves encargos militares.

Ignoram que as províncias ultramarinas são Portugal há quinhentos anos?

Nos areópagos internacionais fazem-se discursos onde a ignorância e a má fé andam de mãos dadas. Quem ouça esses eloquentes arautos da libertação dos povos há-de julgar que as províncias ultramarinas portuguesas são sertões onde existiam sólidas e prósperas organizações políticas e sociais nativas que nós, horrendos colonialistas, fomos oprimir.

Ignoram que essas províncias são Portugal há quinhentos anos? Eram territórios desolados, aqui e além povoados por tribos primitivíssimas sem qualquer noção de nacionalidade. Neles se estabeleceram os portugueses que os abriram ao comércio, edificaram cidades e vilas, plantaram fazendas, ergueram indústrias, rasgaram estradas, tornaram o território habitável pelo combate à doença e às violências naturais da selva, implantando estirpes que hoje em muitas zonas vão já na sétima ou oitava geração, tantas vezes com cruzamento dos naturais.

Na vozearia demagoga dos atacantes de Portugal ouve-se que a África é dos africanos, que o governo tem de pertencer às maiorias. Estamos perante um racismo a encobrir-se com a frágil aparência da democracia. Por que não há-de admitir-se a existência de africanos brancos? Por que há-de ignorar-se que nos países africanos a maioria não possui o espírito democrático, nem está habilitada ou disposta a pôr em prática as fórmulas governativas do tipo ocidental? Por que terá de se fechar os olhos à realidade de que essas maiorias não têm a

mentalidade nem possuem as técnicas ou os capitais que permitam uma verdadeira independência capaz de levar por diante a promoção dos homens e o fomento das riquezas naturais?

A verdade é que, se só os mais antigos habitantes de um território têm direito a viver nele e a governá-lo, não sei o que irá acontecer por esse mundo em redor. Desde épocas muito recuadas que no globo há migrações e invasões. A maioria dos norte-americanos e dos canadianos é formada por colonos e descendentes de colonos: devem ou não ceder o governo aos primitivos habitantes e sair donde estão? Na América do Sul — serão os cidadãos dos países existentes e os seus governantes todos autóctones? Por que será agora ilegítima a presença de colonos na África meridional e não o era há século e meio no continente americano?

Não vejo como poderemos deixar de defender o ultramar

Mau grado essas dificuldades — de que o povo português tem de ter inteira consciência — não vejo como poderemos deixar de defender o ultramar.

Porquê?

Para cumprir um destino histórico? Sou respeitador das tradições nacionais. Penso que constituem um património precioso da Pátria, entendo que um povo perde o seu carácter quando renega o seu passado — mas se apenas estivesse em causa a História eu não teria uma posição tão firme como tenho, porque a História está-se a fazer todos os dias e o que os imperativos nacionais ordenam tem de fazer-se, esteja ou não na linha do passado.

Então permaneceremos no ultramar para defender o Ocidente? Claro que defender o Ocidente é defendermo-nos a nós

próprios e aos valores que representam a essência do espírito nacional português. Mas se apenas estivesse em causa a defesa do Ocidente, eu não teria uma posição tão firme como tenho, porque não é nossa obrigação sustentar sòzinhos uma causa que toca a tantos países e a tantos homens, sem que eles possuam consciência dos seus interesses vitais nem reconheçam ou agradeçam o serviço que lhes prestamos.

Menos ainda eu admitiria que permanecêssemos no ultramar para zelar por interesses económicos de quem quer que fosse. Já um dia tive ocasião de notar que os grandes interesses se defendem muito bem por si sós, arranjando sempre maneira de captar as boas graças de quem manda.

Há quem sustente que a defesa do ultramar é imprescindível porque a sua perda implicaria a perda da independência de Portugal. Não estou de acordo. Está claro que Portugal sem o ultramar ficaria extraordinariamente diminuído no mundo, perderia muito do seu peso e da sua projecção, quedaria mais sujeito do que hoje à cobiça daqueles que o desejariam minimizar e proteger — mas a independência de Portugal está no coração, na alma, na vontade dos portugueses. Com pouco ou muito território, Portugal subsistirá. Porque Portugal não é quantidade, não é espaço, não é terra — é uma maneira de ser, uma maneira de ser gente e uma maneira de ser povo, uma Pátria que não poderá extinguir-se por lhe tirarem alguma parcela, por mais que doa a amputação e que persista viva no corpo e no espírito a ferida por ela aberta!

Não: o ultramar tem de ser defendido porque estão lá milhões de portugueses, pretos e brancos, que confiam em Portugal, que querem continuar a viver sob a nossa bandeira e a gozar a nossa paz, e que não admitem a hipótese de ser entregues à selvageria dos que, nós últimos dez anos, têm dado mostras mais do que suficientes dos ódios que os animam e da ferocidade que os conduz.

Porque temos de defender o ultramar

O ultramar tem de ser defendido porque temos a consciência de defender uma obra de valorização dos territórios e de dignificação das pessoas que se está a processar em termos de que nos podemos justamente orgulhar.

O ultramar tem de ser defendido porque não nos é lícito deixar de corresponder à confiança demonstrada na Pátria portuguesa pelos que, em todas as províncias, estão a trabalhar, a investir, a criar com um entusiasmo admirável, a ponto de insuspeita testemunha estrangeira ainda agora ter considerado a explosão económica de Angola, por exemplo, a mais brilhante e prometedora realidade de todo o continente africano!

A palavras loucas, orelhas moucas

Desejamos, e desejamo-lo vivamente, que no quadro das instituições autónomas das províncias ultramarinas — nos seus municípios, nos seus conselhos legislativos, nos seus governos — participem cada vez mais personalidades nativas, e que o número destas aumente na representação na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa.

Essa participação depende unicamente da existência de pessoas com as qualidades morais e técnicas necessárias para o desempenho das funções políticas. Nesse caminho é que prosseguiremos sem desfalecer.

Quanto ao resto... quanto, por exemplo, à incrível campanha que nos é movida e tem como principal tribuna a da Assembleia das Nações Unidas, não temos outra saída que não seja a preconizada no velho rifão: a palavras loucas, orelhas moucas.

(No Palácio Foz em 27 de Setembro de 1970)

Conspiração contra Portugal

Os vários movimentos chamados libertadores que nos dão combate na Guiné, em Angola e em Moçambique, foram formados no estrangeiro, com dirigentes que o estrangeiro sustenta e apoia e é de territórios estrangeiros que nos desferem os ataques e enviam os guerrilheiros.

Uma vasta organização de países africanos, asiáticos e socialistas conspira contra Portugal, acoitando quantos se apresentem como nossos inimigos, subsidiando as actividades terroristas, fornecendo armas, material e instrutores às guerrilhas e movimentando no mundo a propaganda antiportuguesa, que na tribuna das Nações Unidas encontra o seu púlpito de eleição mas que depois se insere nos meios informativos através da falsa notícia e do comentário insidioso, quando não do ataque impúdico.

Somos assim acusados, perante o mundo, de réus dos mais nefandos crimes: o catálogo clássico dos delitos teve de ser alargado para nele se incluírem as acções cuja autoria nos imputam. Pois imagine-se que a nossa perversidade vai até ao ponto de estarmos a construir na bacia do Zambeze uma das maiores barragens do mundo, que além de permitir produzir energia em larga escala irá facilitar o ordenamento, a cultura e o enriquecimento de vasta área a jusante. E não contentes com isso também prosseguimos no aproveitamento do rio Cunene, procurando regularizar o seu curso, produzir maiores quantidades de energia e dar às suas águas a utilidade de regar largos espaços desolados onde a agricultura e a pecuária possam florescer!

Criminosos inveterados, segundo vociferam os nossos inimigos, são maiores ainda os nossos malefícios: porque nas terras quase desertas do continente africano, onde as densidades populacionais são das mais baixas do globo, queremos

criar condições económicas e sanitárias que favoreçam a vida e permitam aos homens, pretos ou brancos, fixar-se em harmoniosa comunhão de objectivos e útil colaboração de esforços.

Cabora Bassa

Em Cabora Bassa, símbolo da nossa vontade de criar riqueza para valorizar a África, acordando da inutilidade do seu desperdício milenário as forças da natureza para as pôr ao serviço do homem, em Cabora Bassa, que por isso mesmo os nossos inimigos escolheram para alvo das suas mais venenosas acusações e diatribes, homens de diferentes etnias trabalham lado a lado, irmanados no propósito de substituir à África das lutas tribais, da fome endémica, da humanidade ignorante e enferma, do medo, da magia e do feitiço, uma África nova que sem negar os seus valores morais e sociais positivos tome lugar no mundo civilizado. Ali, nas escolas dos estaleiros onde a obra nasce para impor a disciplina da razão humana ao tumulto impetuoso das águas, encontram-se lado a lado, sem discriminação, as crianças pretas e brancas, aprendendo as mesmas palavras, cantando as mesmas canções, rezando as mesmas preces e preparando-se para o destino comum!

É isto que em Cabora Bassa os críticos podem verificar com o simples esforço de lá irem vê-los pelos seus olhos, com olhos, limpidamente dispostos a reflectir a verdade, isto, é a prática em todo o mundo português, esta é a política que não cansamos de proclamar e mais do que isso, de viver.

O ataque desencadeado contra Portugal pela construção de Cabora Bassa é, porém, bem significativo do carácter da guerra que nos movem.

O que está em causa são as almas

Enganar-se-ia redondamente quem pensasse que nesta campanha o principal são as operações militares. A guerra subversiva difere por completo das guerras clássicas. Na luta que hoje se trava no ultramar português o que se disputa não são áreas, vilas ou cidades; não há batalhas, nem vitórias consequentes a choques de forças armadas; o que está em causa são as almas, é a adesão das populações.

Por isso mesmo só a rotina pode justificar que nos boletins das operações se mencione o número dos inimigos mortos. É que os mortos são uma fatalidade da guerra de que nos não orgulhamos: o que conta, sim, é o número dos vivos que a nossa protecção, a nossa acção psicológica, as nossas razões, juntamente com os benefícios da administração, consigam manter firmes e tranquilos na fidelidade a Portugal.

E é pelo facto de estarem em causa as ideias, os sentimentos e as adesões que as armas a brandir não são apenas as clássicas que ferem e matam os corpos mas as modernas destinadas a impressionar e persuadir os espíritos.

Isto sabe-o e pratica-o o adversário a cada momento. A guerra subversiva é um combate que se dissemina nos territórios e infiltra nas retaguardas. O cansaço da luta prolongada, a insinuação das objecções de consciência, a perversão dos costumes, a corrupção da mentalidade, a destruição dos conceitos de honra pessoal, de dever cívico e de amor pátrio, tudo isso faz parte de um plano de desagregação da frente interna, enquanto pelo resto do mundo se ensaiam todos os meios de pressão susceptíveis de procurar conduzir o País à mudança da sua política ultramarina.

E nesse caminho não há preocupações de coerência nem escrúpulos morais. Não vemos por esse mundo homens que se intitulam democratas afirmar que o Chefe do Governo português — ele próprio, por um acto pessoal — deveria quanto

antes consumir o abandono das províncias ultramarinas, negociando a sua entrega aos bandos terroristas?

Julgava eu que o procedimento democrático era o seguido há um ano: submeter ao sufrágio popular esse problema vital da Nação Portuguesa. A resposta, aquém e além-mar, foi clara, inequívoca, esmagadoramente decisiva. Só uma atitude de franco desrespeito pela sua vontade, atitude que não seria apenas ditatorial porque seria tirânica, podia levar o Chefe do Governo a renegar o mandato recebido. O apelo à tirania não pode acobertar-se decentemente com o manto da democracia.

Revisão constitucional

Resta-me fazer referência às profundas modificações introduzidas nos preceitos constitucionais relativos ao ultramar.

Como se sabe, até 1951 tínhamos duas leis constitucionais: a Constituição Política propriamente dita, só aplicável à metrópole, e o Acto Colonial.

Na revisão de 1951 a matéria do Acto Colonial, profundamente remodelada na forma e no espírito, foi acrescentada à Constituição Política onde passou a ser o Título VII da 2.^a Parte, com umas quatro dezenas de artigos divididos por seis capítulos.

Entendeu o Governo que, na linha de integração a que obedece a nossa política, esse título não tinha razão de ser com tal extensão e variedade de matérias. Destas, tudo o que merecia ser conservado na Constituição foi agora na proposta que vos é submetida incluído nos lugares próprios, ficando assim a lei fundamental a ser realmente comum a todo o território nacional.

No Título VII da 2.^a Parte, reduzido a quatro artigos, permanece apenas o que diz respeito à especialidade do regime político-administrativo das províncias ultramarinas, definidas como regiões autónomas dentro do Estado português unitário.

Sei que para muitas pessoas, impressionadas pela intensa propaganda integracionista, a ideia de autonomia das províncias ultramarinas é chocante. Mas sem razão.

No texto actual da Constituição, fiel nesse ponto ao estado desde 1930, reconhece-se a autonomia das províncias ultramarinas, determinando-se que tenham «organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social».

Nem de outra maneira poderia ser. Compreende-se que se prossiga, sem desfalecimentos, uma política de assimilação espiritual, de modo a que metrópole e ultramar constituam uma unidade cada vez mais homogénea.

Essa política, porém, mesmo nos planos da cultura, deve respeitar as diferenciações regionais, como sucede dentro da própria metrópole. Em cada província ultramarina há populações com seus usos, costumes, religiões e práticas que em tudo quanto não ofenda os princípios morais da civilização respeitamos e procuramos conservar, fazendo, quando muito, evoluir colectivamente os agregados sociais.

Mas quanto à administração — que erro enorme se cometeria se pretendêssemos tratar os territórios do ultramar como simples circunscrições a que se applicasse um Código Administrativo uniforme! Que equívoco seria pensar na possibilidade de os governar de Lisboa através de governadores civis! E que lastimável confusão a das suas economias tropicais, com estádios próprios de desenvolvimento e sujeições inevitáveis ao meio e à localização dos territórios, com a economia metropolitana!

As províncias ultramarinas carecem de manter uma organização político-administrativa como a que a Constituição lhes assegura: com leis votadas para cada uma pelos seus órgãos legislativos, com governo privativo que assegure a marcha corrente da administração pública, com finanças provinciais

que permitem custear as despesas locais com as receitas localmente cobradas segundo o Orçamento elaborado e aprovado pela sua assembleia electiva.

A soberania do Estado una e indivisível nem por isso deixará de afirmar-se em todo o território da Nação, através da supremacia da Constituição e das leis provenientes dos órgãos centrais (onde as províncias aumentarão a sua representação) e da nomeação dos governadores delegados do governo central cujos direitos de inspecção e superintendência se mantêm íntegros.

O governo central conserva juntamente com os encargos da defesa nacional, o dever de zelar pelo respeito dos direitos individuais de todos os elementos da população do ultramar, sem discriminação. À igualdade jurídica de todos os portugueses tem de corresponder sempre e em todos os lugares a penetração social. Se localmente se manifestarem algumas tendências de segregação, elas serão inexoravelmente combatidas pela intervenção do Poder central caso venha a ser necessário. Não desistiremos da nossa política de fraternidade racial, não renunciaremos ao nosso intento de prosseguir na formação de sociedades multirraciais, não transigiremos quanto à manutenção de um estatuto único para os portugueses de qualquer raça ou de qualquer cor.

É dentro destes princípios que seguirá a política ultramarina de Portugal. Em Abril de 1969, ao discursar perante os Conselhos Legislativo e Económico-social de Moçambique, na cidade de Lourenço Marques, dizia eu que «uma integração bem entendida de todas as parcelas no todo português exige que cada uma nele se insira de acordo com as suas próprias feições geográficas, económicas e sociais. Não seria sã uma unidade que fosse conseguida, não por acordo de vontades obtido na harmonia dos interesses, mas pelo espartilhamento forçado, segundo figurinos abstractamente traçados. A unidade nacional não prescinde das variedades regionais».

Grandes regiões, como Angola e Moçambique, de extensão imensa e incalculáveis potencialidades económicas, onde a todo o momento surgem novos problemas acarretados por um desenvolvimento impetuoso, com estruturas sociais muito diversas das deste rectângulo europeu onde nos comprimimos há muitos séculos, não seria razoável que não possuíssem uma administração localmente apta a dar seguimento rápido, adequado e eficaz às questões de que depende a marcha quotidiana da vida social.

Nesse, como noutros pontos em que se sugerem alterações à Constituição, o Governo não pretendeu senão corresponder a aspirações nacionais, atendendo a necessidades novas ou indo ao encontro de expressões de necessidades antigas a que os tempos vão dando novos matizes, novo estilo ou novo vigor.

E fá-lo na plena consciência das responsabilidades que lhe cabem, depois de ponderar bem quais os passos viáveis no caminho que a Nação tem de percorrer corajosamente através das dificuldades do mundo contemporâneo sem negar a sua identidade, sem comprometer a sua coesão e sem perder de vista os seus interesses e os seus destinos.

(Na Assembleia Nacional em 2 de Dezembro de 1970)

Não pode haver dúvidas

... tem-me chegado aos ouvidos, com certa insistência, que em determinados meios o regime de autonomia das províncias ultramarinas é apresentado como significativo de uma intenção, senão de abandono, pelo menos de destruição da unidade e da integridade da Nação.

Esse pensamento não o tem a gente do ultramar que sabe muito bem o que é, e o que significa, essa autonomia. E, quanto

às pessoas de cá, julgava eu ter sido suficientemente claro e elucidativo nas palavras que proferi na Assembleia Nacional ao apresentar a proposta da lei.

Mas que o não fosse! A minha conduta de toda a vida e sobretudo no exercício do governo, as palavras que o País me tem escutado sobre o valor e a defesa do ultramar português, o modo como afincadamente me tenho devotado a continuar a defesa política, militar e diplomática da integridade da Nação, tudo isso seria suficiente para afastar da mente das pessoas de boa fé qualquer dúvida acerca das minhas intenções.

Mal se faz ideia quanto cansa, a quem tem as responsabilidades de governo do País, a constante murmuração de certos meios políticos, aliás restritos, para os quais nunca é suficiente o que se afirma nem o que se faz, que esquecem hoje o que se disse e se passou ontem quando isso lhes convém, e se entretêm a fazer suposições alarmantes ou a inventar quotidianamente boatos semeadores de instabilidade e inquietação!

(Na Rádio e na Televisão em 15 de Fevereiro de 1971)

Ofensiva contra o mundo ocidental

O mundo ocidental está debaixo de uma ofensiva de grande estilo que tem por objectivo destruir os próprios alicerces da civilização que nele foi erguida. Civilização que constitui, mau grado todas as inevitáveis imperfeições de que sofra, legítimo motivo de orgulho para os que a construíram através da história.

Nessa ofensiva Portugal é particularmente visado. Uma vasta conjura internacional, com quartel-general nas Nações

Unidas mas que dispõe por esse mundo fora de numerosos conluiados obedientes ao comando comunista ou à orquestração da propaganda contra o ultramar português, uma vasta conjura internacional, dizia eu, a cada passo, nos mais diversos países e pelos meios de informação e de actuação mais variados, acusa Portugal, espalha sobre o País falsas notícias, difunde comentários onde a verdade é distorcida quando não atraída, malsina projectos e intenções, lança atoardas absurdas, busca prejudicar os interesses nacionais ou dificultar por todas as maneiras a nossa convivência internacional.

Infelizmente há cá dentro quem rejubile com essa campanha. Mais: quem colabore nela. Com consciência da traição, uns. Inconscientes, outros. Todos, porém, maus portugueses.

Não há frente nem retaguarda

A guerra clássica travava-se entre exércitos, com a mobilização das retaguardas, sim, mas para apoiar forças determinadas em acções espectacularmente desenvolvidas à luz do sol. Movimentam-se grandes massas de homens e até modernamente enormes parques de material, em monumentais operações terrestres, aéreas e navais que conduziam a uma vitória ou acarretavam a derrota.

A guerra subversiva porém não tem nada desses aspectos. Alimenta-se de actos terroristas, disseminados por aqui e além, com atentados que criam a insegurança das populações e obrigam a dispersar tropas e polícias. Utiliza pequenos grupos, dotados de grande mobilidade e beneficiando da iniciativa e da surpresa. Em vez de procurar ocupar territórios e de travar batalhas campais, o seu fito é a desmoralização das populações, acompanhada da infiltração de uma propaganda capciosa que, primeiro, abale os espíritos nas certezas adquiridas, depois,

aproveite as dúvidas para criar a instabilidade e o descontentamento até, finalmente, conquistar larga audiência e apoio que destrua os reflexos da defesa e a vontade de combater, conduzindo pela renúncia à capitulação.

Ora nesta guerra não há frente nem retaguarda. A frente é em todos os lugares onde o terrorismo pratica os seus actos de violência, seja cabo Delgado, seja Tancos. A frente está em todos os sítios e em todos os momentos em que o adversário procura instilar as suas ideias derrotistas, preconizando o abandono do ultramar, incitando mancebos em idade militar à emigração ou soldados à deserção, insinuando que está ultrapassado o amor à Pátria ou que já não tem cabimento a ideia de Nação, minando até nas escolas oficiais o moral da juventude e pregando, em palavras doces ou em cantatas nostálgicas, uma paz desvirilizada, feita de cobardias e de cedências perante todas as reivindicações mais atrevidas ou os ataques mais audaciosos.

Sem pensar que nessas reivindicações e ataques existe uma agressividade guerreira. E que a capitulação perante tais combatentes não conduz à paz, mas à submissão. Submissão de escravos. Porque o mundo continua a ser dos que lutam. Ai dos que deixam cair os braços a sonhar com paraísos utópicos!

Há zonas quentes de subversão em certas parcelas, felizmente pequenas e entre si distantes, de algumas províncias ultramarinas. Mas na metrópole trabalha por elas e para elas uma quinta coluna! Não o esqueçamos nunca!

Estarão comigo . . .

... todos os portugueses que varonilmente se disponham a lutar e a suportar os sacrifícios necessários para que Portugal não atraia os seus filhos que, num esforço portentoso, estão

a construir nas províncias de além-mar uma obra de espantoso alcance espiritual e material, uma obra que é a continuação no espaço e no tempo da própria Pátria portuguesa!

(No Porto em 2 de Abril de 1971)

O que se deve entender pela «autonomia» das províncias ultramarinas

Mesmo se existisse uma política de abandono em Lisboa, não vejo como a mesma poderia ser posta em execução. Os povos da Guiné, de Angola e de Moçambique, negros e brancos, estão neste ponto decididos a manterem-se portugueses. Têm tanta confiança neles próprios e em Portugal que, mesmo que nós o quiséssemos, seria impossível abandoná-los.

A autonomia não é no meu espírito senão uma maior possibilidade de administração local que poderá assim resolver mais rapidamente os problemas postos no âmbito da sua competência. Mas a linha é a mesma do que a das nossas leis fundamentais anteriores. Trata-se, por um lado, de desenvolver a autonomia financeira das províncias e, por outro lado, de aumentar os seus poderes legislativos. Isto não é senão uma reforma interna que não aliena em nada a integridade do todo português — ultramar e metrópole — conjunto que deverá manter-se rigorosamente indivisível.

(Entrevista concedida ao jornal «L'Aurore» em 6 de Abril de 1971)

NB



EFG0000513749

S.N.